



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007206-14.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **ORTOMED SAÚDE LTDA. - ME e outro**
 Requerido: **BANCO ITAÚ UNIBANCO SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

A autora Thais Costa Galesco, em 08/02/2013, sacou R\$ 15.000,00 (fls. 20/21) em agência bancária do réu e saiu em seu veículo. O dinheiro seria utilizado para o pagamento dos funcionários da empresa autora, Ortomed Saúde Ltda - ME. Ocorre que a autora foi perseguida - sem notar - por uma motocicleta e, logo após estacionar o automóvel, perto do estabelecimento da empresa autora, foi vítima de assalto à mão armada (conforme BO, fls. 30/32), por ela bem relatado em seu depoimento pessoal. Foram roubados (veja-se novamente o depoimento pessoal e o BO) os R\$ 15.000,00 sacados, além de outros (cerca de) R\$ 1.000,00 que a autora trazia, uma câmera (R\$ 288,00, fls. 65) e dois celulares (R\$ 249,90, fls. 63/64; R\$ 799,90, fls. 42). A perseguição, pela motocicleta, deu-se desde a agência bancária: tal veículo foi inclusive filmado por câmera de segurança da polícia militar, saindo, logo no início da travessia, fls. 37/38.

As autoras produziram prova suficiente (ao contrário do que ocorreu no precedente citado pela ré às fls. 70, em que não foi produzida tal prova) de que o réu falhou ao prestar seus serviços, no que diz respeito ao dever de garantir a segurança (que lhe é exigível) ao consumidor, e tal falha foi condição determinante para o superveniente roubo.

O roubo ocorreu após a saída da agência. Normalmente, a instituição financeira não responde: mas tal responsabilidade existe quando o consumidor comprova que falha de segurança da instituição financeira contribui causalmente para o resultado.

É o que temos no caso específico. Identificamos duas falhas (a) segundo o depoimento pessoal da autora e da testemunha Beatriz Santos Missão, a autora tinha consciência do risco de sacar vultosas quantias na presença e à vista de terceiros e **mais de uma vez pediu aos funcionários da agência para que lhe fossem possibilitados saques em horários diferentes, o que não foi atendido** – o réu não produziu contraprova alguma (b) conforme fls. 33/36 e depoimentos da autora e das testemunhas, a agência possui falha de segurança vez que **sem dificuldade são visíveis aos usuários do banco as transações que são realizadas nos caixas**, inclusive – como ocorreu no caso em tela – manipulação das cédulas pela atendente do caixa, antes de sua entrega ao cliente.

Quanto à segunda falha acima indicada, cumpre frisar que implica descumprimento de dever legal, vez que (a) a Lei Municipal 15.752/2011¹ obriga os bancos a instalarem em suas agências painéis de segurança opacos defronte aos guichês de caixa, de modo a impossibilitar a visualização por terceiros, na área de atendimento ao público, das operações bancárias realizadas entre o operador de caixa e o cliente (fls. 39/40) (b) a Lei Estadual nº

¹ A lei é constitucional, podendo o Município legislar sobre a matéria, que se insere no conceito de interesse local (art. 30, I da CF), consoante os seguintes precedentes do STF: ARE 756593 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, 1ªT, j. 16/12/2014; ARE 775628 AgR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, 1ªT, j. 20/05/2014; AC 767 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ªT, j. 16/08/2005; AI 429070 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, 2ªT, j. 21/06/2005.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

14.364/2011² impõe obrigação semelhante (fls. 41).

Nem todos, mas muitos roubos ocorridos na "saidinha dos bancos" (cada vez mais comuns, fls. 43/62) ocorrem a partir de uma atuação conjunta entre algum meliante que visualiza, dentro da agência, potenciais vítimas que tenham sacado altas somas, e outro(s) meliante(s) situado(s) no seu exterior, que persegue(m) a vítima até a abordagem e consumação do delito.

No caso dessa modalidade de roubo – o que tem origem numa falha de segurança no interior da agência, a projetar efeitos para o seu exterior, pela atuação de terceiro -, é certa a responsabilidade da instituição financeira, objetiva (art. 20, CDC), por inserir-se o ato de terceiro, no caso, na definição de *fortuito interno*, ou seja, risco inerente às atividades normalmente desempenhadas pelo fornecedor, no mercado de consumo.

É o que, segundo a prova mencionada acima, ocorreu no caso em tela. As falhas do réu colaboraram para o resultado. Há elementos de convicção suficientes para se chegar a tal conclusão. Lembre-se que não se pode exigir das autoras a produção de prova diabólica, impossível, o que frustraria diversos direitos, desde o acesso à Justiça (art. 5º, XXV, CF) até o direito à efetiva reparação dos danos (art. 6º, VI, CDC) ou a facilitação da defesa dos direitos do consumidor em juízo (art. 6º, VIII, CDC).

O réu responde, pois, pelos danos suportados pelas autoras.

Os danos materiais já foram relatados e estão satisfatoriamente comprovados.

Quanto aos danos morais, não ocorreram em relação à pessoa jurídica, já que sua credibilidade ou imagem não foi afetada, ou ao menos não há prova disso, basta a leitura do depoimento pessoal da autora e testemunhas: embora com o auxílio de terceiros, foi possível pagar os funcionários, que não ficaram desabrigados naquele mês. Os compromissos foram saldados, não houve abalo à saúde financeira.

Quanto à autora Thais Costa Galesco, por outro lado, as circunstâncias do delito, praticado à mão armada, com forte pressão psicológica pelos autores do crime, certamente – segundo regras de experiência, art. 335, CPC – implicam abalo psíquico que extrapola o mero aborrecimento ou dissabor. A experiência de ser vítima dessa modalidade delituosa é traumática. A vida e a integridade física são expostas a risco (a integridade psicológica não é apenas exposta a risco, é efetivamente lesada). Há dano moral, lesão a direitos de personalidade. A indenização correspondente leva em consideração diversos aspectos. Alguns deles socorrem à autora, no caso específico, e já foram mencionados. Porém, um deles é o grau de culpabilidade do agente pela causação do dano. Tal circunstância, no caso presente, é relevante para reduzir o valor da indenização, pois não se pode negar (apesar da responsabilidade civil acima reconhecida) que os fatores preponderantes para a causação do trauma, em si mesmo, não decorrem de culpabilidade específica do réu, e sim dos agentes do roubo: estes que empregaram a violência, a coação contra a vítima, e poderiam ter agido de outra forma. Nesse sentido, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, arbitra-se a indenização em R\$ 5.000,00.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar (a) à autora Thais Costa Galesco R\$ 2.337,80, com atualização monetária desde a propositura da ação e juros moratórios desde o fato em 08/02/2013 (b) à autora Ortomed Saúde Ltda – ME R\$ 15.000,00, com atualização monetária desde a propositura da ação e juros moratórios desde o fato em 08/02/2013 (c) à autora Thais Costa Galesco R\$ 5.000,00, com atualização monetária desde a presente data, e juros moratórios desde o fato em 08/02/2013.

Sem condenação em honorários, nesta sede.

Fica(m) desde já a(s) parte(s) ré(s) intimada(s), com a simples publicação desta no DJE, de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-

² A lei é constitucional, podendo o Estado legislar sobre a matéria, tratando-se de legislação que versa sobre o consumo (art. 24, V da CF), e, portanto, de competência (também) concorrente da União e Estados: STF, RE 830133 ED-Agr, Rel. Min. GILMAR MENDES, 2ªT, j. 28/10/2014.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 07 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**